

POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO ENSINO SUPERIOR PRIVADO: ESTUDO DE CASO FIES E PROUNI

Gabriela R. Bica^{1*}, Talita A. Alvarenga², Carolina C. Miguel³, Vera A. Cepêda⁴

1. Graduanda do Depto. de Química, UFSCar, membra do PET - Usina de Reflexão; *gabriela.bica@gmail.com

2. Graduanda do Depto. de Biologia, UFSCar, membra do PET - Usina de Reflexão;

3. Graduanda do Depto. de Pedagogia, UFSCar, membra do PET - Usina de Reflexão;

4. Pesquisadora do Dpto. de Ciências Sociais, UFSCar, tutora do grupo PET - Usina de Reflexão.

Palavras Chave: FIES, PROUNI, Vulnerabilidade

Introdução

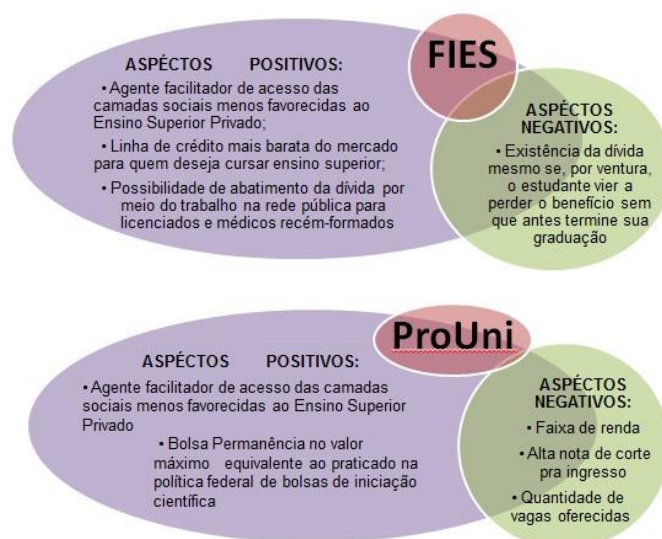
O ponto de partida desta pesquisa, em desenvolvimento junto ao PET - Usina de Reflexão é descrever o processo histórico de constituição de duas políticas públicas recentes de proteção de alunos com vulnerabilidade social na rede privada de ensino superior brasileiro: FIES e PROUNI. Como objetivo geral pretende-se descrever o histórico e as características delas, bem como os critérios de eleição do público alvo. Os objetivos parciais avaliarão como são tratados nos dois programas: a) os possíveis impactos na modalidade bolsa X empréstimo (dívida); b) analisar a existência de políticas complementares de apoio e estímulo à permanência e formação qualificada dos graduandos; c) detectar o conceito de vulnerabilidade subjacente a cada modalidade. A pesquisa centra-se em uma análise dos instrumentos de política pública e no impacto na situação do aluno (recebedor da política e objeto dela) em termos de inclusão e democratização do ensino superior.

Resultados e Discussão

Os dois programas são muito diversos: crédito no Fies (empréstimo, correção de valores e pagamento) e bolsa no ProUni (sem devolução), atingindo público semelhante. O FIES é uma política mais antiga, substituindo o Crédito Educativo do governo militar. Como concessão de empréstimo condicionado ao valor da mensalidade (até 100%), sua condição central é que o estudante tem o período de 18 meses após a matrícula para começar o pagamento da dívida. Os aspectos negativos deste processo são a situação de endividamento precoce de alunos oriundos de camadas mais pobres (exatamente aqueles cuja fragilidade de renda espera-se superar pelo acesso ao mercado de trabalho mais qualificado) e a não cobertura de outros itens de permanência fora a bolsa (moradia, alimentação, etc). Além dos critérios utilizados pela Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento do FIES – CPSA - com cancelamento de bolsa caso o estudante que não alcançasse os índices estipulados. O Fies foi criado em 1999, no governo FHC. O ProUni foi criado pelo governo LULA, em 2005, visando criar condições de acesso ao ensino superior privado para estudantes oriundos das camadas populares ou de estratos da pequena classe média e que não dispõem de recursos para assumir os custos de uma universidade particular. É uma política recente, vinda ao bojo da expansão do REUNI, das políticas PNAES e permite ao estudante bolsa parcial – 50% ou integral 100%, sem geração de dívidas posteriores. Ambas são políticas voltadas para a população de baixa renda, sendo

consideradas inclusivas, compensatórias, focalizadas e afirmativas - mas são muito diversas em sua eficácia protetiva. São diferenças fundamentais: a situação ou não de endividamento e os mecanismos de apoio para rendimento e permanência.

Conclusões



Agradecimentos



APRILE, Maria Rita; BARRONE, Rosa Elisa Mirra. “Educação Superior: Políticas públicas para inclusão social”. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 2, n.1, p. 39-55, jan./jul. 2009.

BRASIL. Lei 8.436, de 25 de junho de 1992.

BRASIL. Lei 9.288, de 1 de julho de 1996.

BRASIL. Lei 10.260, de 12 de julho de 2001.

BRASIL. Lei 11.552, de 19 de novembro de 2007.

BRASIL. Lei 12.202, de 14 de janeiro de 2010.

BRASIL. Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

CARVALHO, Cristina Helena A. “Políticas para expansão superior no governo Lula, expansão e financiamento”. Rev. Inst. Estud. Bras., São Paulo, n. 58, p. 209-244, jun. 2014.